

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI N.º 4.788, DE 2001**

Dispõe sobre o pagamento de créditos trabalhistas em juízo.

**Autor:** Deputado Feu Rosa

**Relator:** Deputado Dr. Rosinha

#### **I - RELATÓRIO**

A proposição sob análise visa, através de acréscimo ao texto da CLT (§ 2º, art. 881), assegurar o pagamento da importância reclamada em juízo diretamente ao exeqüente.

Em sua justificação, o Nobre Signatário ressalta que a intenção do Projeto é acabar com a “conduta inescrupulosa de muitos advogados trabalhistas” que recebem as “importâncias depositadas em juízo, em nome do trabalhador, via de regra desempregado”, e não prestam conta do total recebido. “Isto quando, pura e simplesmente, não se apropriam indebitamente de todo o dinheiro do seu cliente.”

Foi apresentada perante a CTASP a Emenda n.º 001/01, propondo a supressão do texto projetado como § 2º do Art. 881 da C.L.T., sob o argumento de ser injurídico e de impedir a atividade típica do advogado do exeqüente, prejudicando o próprio exeqüente.

O Projeto foi aprovado por unanimidade pela CTASP, tendo sido rejeitada a Emenda supracitada.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas às proposições nesta Comissão Permanente.

É o Relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Cabe à presente Comissão Permanente analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a boa técnica legislativa da proposição supracitada.

Consideramos que o Projeto de Lei sob análise viola o art. 133 da Constituição Federal, dentre outros dispositivos constitucionais:

“Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei “

Ao exigir que o procurador (mesmo com poderes específicos para esse fim) tenha de comprovar que seu cliente possui doença grave, para poder efetuar o saque de valores depositados na Justiça do Trabalho, o Projeto de Lei prejudica sobremaneira o advogado devidamente contratado.

A exigência do comparecimento pessoal do reclamante à Justiça do Trabalho para sacar as verbas depositadas, mesmo em caso de autorização do obreiro para que outrem assim o faça, consiste em despropósito. A exigência do Projeto apresenta-se como um impeditivo real para o acesso do trabalhador a um direito irrenunciável. Ao fazê-lo, o Projeto atropela direitos e princípios constitucionais.

É da responsabilidade do indivíduo se ele contrata algo com outro, sendo lícito o objeto desse trato. Nesse ponto configura-se a injuridicidade do Projeto, eis que seu objeto envolve o gozo de direitos, previstos constitucionalmente, como são os trabalhistas.

Comprova-se a injuridicidade do Projeto de Lei também através do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, que serve como norma regulamentadora do art. 133 da Constituição. E a incoerência do P.L. vê-se plenamente no art. 7º, I, da Lei n.º 8.906, de 04 de julho de 1994 (Estatuto da OAB):

*“Art. 7º São direitos do advogado:*

*I - exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional;*

*...”*

Iniciativa semelhante, e do mesmo modo inconstitucional, foi apresentada pelo Poder Executivo Federal, durante o Governo FHC, através da MP 2.075, em relação ao FGTS. A melhor doutrina manifestou-se frontalmente contra dispositivo semelhante da MP:

*“Se há, como alega o ministro do Trabalho, fraudes praticadas por advogados, que se apropriam de saques, como procuradores de empregados titulares de contas vinculadas do FGTS, o caso é da alçada da polícia e da Ordem dos Advogados. Muitos inquéritos e processos criminais têm sido, e desde longa data, instaurados para a apuração e responsabilização por tais fatos. Essas ocorrências, contudo, jamais poderiam servir de pretexto para a imposição de medidas tão draconianas. O impedir o advogado de ter procuração para receber, pelo cliente, depósitos do FGTS, constitui, ademais, uma “capitis diminutio” para o profissional, além de criar dificuldades ao empregado com a exigência de comparecimento pessoal. A malsinada medida provisória não abre exceção nem para o trabalhador que, em busca de emprego, ou por outro motivo de força maior, após anos de demanda, tenha se mudado para outra localidade ou unidade da Federação.*

*Trata-se de mais uma medida provisória desrevestida do requisito de urgência e relevância, praticada com a co-responsabilidade do Legislativo e Judiciário, em relação ao que “ou o Congresso põe ponto final no reiterado desrespeito a si próprio e à Constituição, ou então — como em 1990 escreveu o então senador Fernando Henrique Cardoso — é melhor reconhecer que no país só existe um poder de verdade, o do presidente. E daí por diante esqueçam também de falar em “democracia”. (A outra face do Presidente, editora Destaque, pág. 8).*

*Cumpra às entidades representativas dos profissionais de direito demonstrarem a inconstitucionalidade da medida e a ilegalidade da proibição imposta ao advogado de, no exercício do mandato, receber valores do FGTS de seu constituinte.”*

*(MP proíbe advogado de receber depósitos do FGTS, em Correio Braziliense, suplemento Direito & Justiça, 12/01/2001. BENEDITO CALHEIROS BOMFIM. Ex-presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros).*

Os trabalhadores prejudicados por ilegalidades cometidas por advogados devem dirigir-se às delegacias de polícia, bem como ao Conselho de Ética da OAB, para denunciar tais fatos. No entanto, não é admissível que toda a classe dos advogados seja prejudicada por alguns poucos profissionais inescrupulosos.

E em última análise os próprios trabalhadores seriam prejudicados pela aprovação do Projeto, à medida em que a própria atividade profissional dos advogados que defendem judicialmente trabalhadores estará seriamente comprometida.

Não se pode olvidar que o disposto no inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal prescreve ser “livre o exercício de qualquer

trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

Obviamente a liberdade do exercício de profissão consagrada pela Constituição Federal no art. 5º, inciso XIII não é absoluta. No entanto, a lei não pode impor requisitos que inviabilizem a atividade profissional. O Projeto de Lei é portanto inconstitucional também em virtude de tal dispositivo, ante a falta de razoabilidade entre o requisito estabelecido e a função desenvolvida pelos advogados trabalhistas.

Nosso voto é, pelo exposto, pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei n. 4.788, de 2001, e por consequência para considerar prejudicada a Emenda n.º 001/01 apresentada perante a CTASP.

Sala da Comissão, em 27 de abril de 2005.

**Deputado Doutor Rosinha**

Relator